

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A (IN)SUSTENTABILIDADE DO PLANO FORTALEZA 2040 (2016 A 2023)

MATHEUS CHAVES LOPES
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

MAIONE CARDOSO

DANIELLI LEITE CAMPOS MONTEIRO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Introdução

O plano estratégico no contexto das cidades é abordado em diversos estudos (JOHNSEN, 2018). Contudo, o desafio que se encontra em evidência no contexto atual, ainda pouco explorado nos estudos de cidades, é a incorporação de conceitos da sustentabilidade nos planos elaborados. Além disso, o que torna essa discussão ainda mais urgente é o compromisso assumido na Agenda 2030 pelos países membros das Organizações das Nações Unidas na adoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ainda que, as cidades são os principais atores-chave do sucesso ou não dessa coalizão sustentável construída.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Diante disso, a questão norteadora da pesquisa centra-se em responder: o Plano Fortaleza 2040 tem promovido a sustentabilidade de acordo com as 8 dimensões de Sachs e nisto alcançar os ODS na implementação de seu planejamento estratégico? E para responder à questão levantada, tem-se como objetivo: analisar as políticas públicas construídas no planejamento estratégico de Fortaleza-CE com relação às dimensões da sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fundamentação Teórica

Sachs (2002) aborda a sustentabilidade por uma perspectiva holística de constituição, indo além do que foi formulado por outros autores, exhibe uma conceituação mais densa em 8 dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e internacional. Por isso, têm-se destaque o nível de discussão proporcionada em sua abordagem ampla de entendimento de conceitos e pelo reconhecimento em ser um dos autores mais referenciados quanto a essa temática. Em razão disso, utilizou-se para análise das políticas públicas traçadas no planejamento em questão sua abordagem.

Metodologia

Adotou-se uma abordagem qualitativa de natureza aplicada classificada como explicativa e descritiva (GIL, 2008). Quanto à coleta de dados consistiu em uma pesquisa documental, através dos arquivos armazenados na plataforma digital do Plano Fortaleza 2040, e bibliográfica sobre as categorias de análise: planejamento estratégico, sustentabilidade e o Fortaleza 2040. Para a análise dos resultados, realizou-se uma análise documental e de conteúdo do planejamento estratégico em questão, a partir da discussão de cada um dos 7 eixos temáticos e de cada um dos 34 planos presentes no Fortaleza 2040.

Análise dos Resultados

O Plano Fortaleza 2040 dividiu-se em 7 eixos de ações na qual contemplaram aspectos essenciais ensejados pelo poder público, sociedade e agentes privados em áreas pertinentes à cidade. Posto isso, tratou-se de analisar os documentos produzidos pelo plano segundo seus objetivos estratégicos e específicos em cada eixo e classificá-los quanto aos conceitos das dimensões da sustentabilidade (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional) defendidas por Sachs (2002) e os ODS.

Conclusão

Conclui-se pelas análises desenvolvidas que todas as 8 dimensões de Sachs foram contempladas nas estratégias traçadas, com destaque para a social, econômica, ambiental e territorial da sustentabilidade. Ao contrário das dimensões, os ODS foram assinalados de forma parcial nos planos estratégicos estudados na cidade, dada a ausência dos ODS 5 e 12, com destaque para o ODS 9. Por fim, observou no Plano Economia do Mar a utilização de termos enganosos em políticas esverdeadas para suavizar ações não condizentes com o conceito de sustentabilidade que podem ocasionar graves impactos ao ecossistema.

Referências Bibliográficas

GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008. GUARINI, E.; MORI, E.; ZUFFADA, E. Localizing the Sustainable Development Goals: a managerial perspective. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, v. 34, n. 5, p. 583-601, 2022. JOHNSEN, Å. Impacts of strategic planning and management in municipal government: An analysis of subjective survey and objective production and efficiency measures in Norway. *Public Management Review*, v. 20, n. 3, p. 397-420, 2018. SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Editora Garamond, 2002.

Palavras Chave

Políticas Públicas, Gestão Pública, Sustentabilidade

Agradecimento a órgão de fomento

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A (IN)SUSTENTABILIDADE DO PLANO FORTALEZA 2040 (2016 A 2023)

1 INTRODUÇÃO

Os ambientes das cidades passaram por grandes transformações desde a globalização e a formação dos aglomerados urbanos (CASTELLS, 1990). As cidades são espaços urbanos complexos que lidam com intervenções geopolíticas, econômicas, sociais, ambientais e tecnológicas que influenciam todo seu funcionamento (LOPES, 1998). Com as transformações passadas nesses ambientes e a complexidade presente na gestão desses espaços, fez-se necessário a adoção de um modelo gerencial que pudesse lidar com essas transformações e garantisse o bem-estar social através do direcionamento acertado de seus recursos públicos escassos, surgindo assim, o planejamento estratégico de cidades como opção viável (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000).

Dessa forma, o planejamento estratégico é uma ferramenta, adaptada do contexto das organizações privadas, que examina os fatores ambientais e fornece um plano otimizado para consecução das visões estratégicas desses empreendimentos (BRYSON; EDWARDS; VAN SLYKE, 2018). Na seara pública, essa ferramenta visa compreender e equacionar as variáveis presentes nos espaços urbanos e como interferem no funcionamento destes espaços. Para assim, elaborar políticas públicas que estejam alinhadas com as demandas sociais em suas cidades e para o desenvolvimento da região da maneira mais coerente a sua realidade possível (PUJADAS; FONT, 1998; PFEIFFER, 2000).

Diversos autores na literatura exploraram o conceito de plano estratégico no contexto das cidades (PERCOCO, 2016; JOHNSEN, 2018; LEE; MCGUIRE; KIM, 2018). Contudo, o desafio que se encontra em evidência no contexto atual, ainda pouco explorado nos estudos de cidades, é a incorporação de conceitos e dimensões da sustentabilidade nos planos estratégicos elaborados. Além disso, o que torna essa discussão ainda mais urgente é o compromisso assumido na Agenda 2030 pelos Estados-membros das Organizações das Nações Unidas (ONU), inclusive o Brasil, na adoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ainda que as cidades sejam os atores-chave para o sucesso ou não dessa coalizão sustentável construída (GUARINI; MORI; ZUFFADA, 2022).

A sustentabilidade apoia-se justamente na capacidade de equilibrar o desenvolvimento econômico, com a preservação dos recursos naturais para as sociedades futuras e a promoção do bem-estar social. E suas dimensões amplificam esse conceito na inclusão de outras áreas relacionadas à sustentabilidade, como preconiza Sachs em suas 8 dimensões, contribuindo para melhor alcance dos ODS (ELKINGTON, 2001; SACHS, 2002; MAIA; PIRES, 2011).

Diante disso, a questão norteadora da pesquisa centra-se em responder: o Plano Fortaleza 2040 tem promovido a sustentabilidade de acordo com as 8 dimensões de Sachs e nisto alcançar os ODS na implementação de seu planejamento estratégico? E para responder à questão levantada, tem-se como objetivo: analisar as políticas públicas construídas no planejamento estratégico de Fortaleza-CE com relação às dimensões da sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A escolha da cidade de Fortaleza/Ceará, como campo empírico é explicada por sua proeminência no cenário nacional, tendo o maior PIB do Nordeste e sendo a quarta cidade mais populosa do Brasil, com 2.4 milhões de habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023). Desde 2016, a gestão municipal de Fortaleza tem se comprometido com a atualização do planejamento estratégico, visando integrar os o plano mestre urbanístico, o plano de mobilidade e o plano de desenvolvimento econômico social (FORTALEZA, 2016). Desta forma, Fortaleza servirá como base para analisar os desafios e

avanços de uma grande cidade brasileira quanto a construção de um cenário de gestão pública em vistas (ou não) da sustentabilidade.

Este estudo é justificado pela importância acadêmica em explorar e discutir a urgência das questões de sustentabilidade à literatura da administração pública, como do planejamento estratégico, e nisto alcançar um desenvolvimento local sustentável tendo a gestão de cidades e a implementação de políticas públicas uma ferramenta eficaz, eficiente e efetiva (ARRETCHE, 2013). Estas deveriam estar alinhadas à Agenda 2030, como estratégias de planejamento a longo prazo rumo aos ODS, no entanto o Plano Fortaleza 2040 não destaca a questão ambiental como objetivo estratégico, apesar de relacionar muitos de seus eixos e planos com os ODS, não os explicita literalmente.

Além desta parte introdutória, este trabalho está estruturado em cinco partes: a fundamentação teórica que aborda o planejamento estratégico na gestão pública e a evolução do conceito de sustentabilidade e suas dimensões. Em seguida, tem-se a metodologia aplicada na pesquisa e, por fim, o capítulo de apresentação, discussão e análise dos resultados; e os elementos pós-textuais: contribuições finais e referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO PÚBLICA

O planejamento estratégico vem sendo utilizado pelas organizações privadas e estudado pelas instituições de pesquisa em administração desde de 1960, especialmente com o desenvolvimento da escola do Design, uma das mais influentes no processo de formulação de estratégia organizacional (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2020). Essa ferramenta nas empresas com fins lucrativos é utilizada para orientar a maximização do lucro e aumentar a participação da empresa no mercado (BRYSON; EDWARDS; VAN SLYKE, 2018).

O planejamento estratégico empresarial pode ser compreendido como uma ferramenta para tomada de decisão, onde se estabelecem os resultados e metas a serem atingidos, como a redução dos gastos, novos produtos e mercados, mais eficiência produtiva, etc. Para tanto, se define de forma prévia o que deverá ser feito, as razões de como, quem, onde e quando devem ser realizadas as propostas e metas estabelecidas, conforme discutem Falsarella e Jannuzzi (2017).

Já com relação ao planejamento estratégico governamental, de acordo com Rezende e Ultramari (2007) este instrumento de gestão governamental trata-se de um processo dinâmico e interativo para alcance das metas, estratégias e ações do município, na qual se faz necessário a participação ativa dos variados atores sociais e políticos.

No entanto, para Cardoso Jr. o “planejamento descolado da gestão corre o risco de tornar-se um conjunto de estudos, diagnósticos e proposições de objetivos sem eficácia instrumental, atividade incapaz de mobilizar os recursos necessários de forma racional, na direção pretendida pelo plano” (2011, p. 12). Ou seja, um bom planejamento sem uma adequada gestão, torna-o ineficaz, descumprindo um dos elementos importantes para uma boa política pública ou avaliação de um programa ou plano, que são: eficiência, eficácia e efetividade (SANO; MONTENEGRO FILHO, 2013; MAIA; PIRES, 2011).

Historicamente, na gestão pública, o planejamento estratégico foi incorporado na década de 1980, em São Francisco/Califórnia na crise econômica e fiscal que enfrentava o município (PUJADAS; FONT, 1998). Assim, a fim de superar a crise, utilizou-se do planejamento estratégico para geração de conhecimento na tomada de decisões, no alinhamento das metas financeiras, dentre elas as metas fiscais, e metas não financeiras a serem alcançadas, bem como no acompanhamento da eficácia das estratégias construídas (BRYSON; EDWARDS; VAN SLYKE, 2018).

Afinal, como ressalta Johnsen (2018), os municípios são responsáveis por uma complexa gestão de tarefas e serviços e administram escassos recursos públicos, preocupando-se com o bem-estar social de uma comunidade. Desta forma, precisam elaborar estratégias que garantam a governança desses recursos, bem como uma eficiente gestão, independente dos mandatos, para desenvolvimento da localidade. Sendo assim, o planejamento estratégico é uma opção considerável para adoção na gestão pública.

Para uma adequada gestão da cidade e implementação do plano estratégico, deve-se observar a relação e o desenvolvimento da governança com a participação social. De acordo com Pinheiro e Farias (2018, p. 109), “o Plano Fortaleza 2040, como instrumento da política urbana, tem o interesse precípua de assegurar ao poder municipal o direito legal de efetivar as ações propostas, embora necessite sempre de legitimidade social para executá-las”.

No Brasil, nos anos de 1990, essa ferramenta é difundida devido a obrigatoriedade de leis que visam promover o desenvolvimento local, via um plano diretor de cidades, que serve como base na construção dos planejamentos estratégicos nos municípios com mais de 200 mil habitantes (PFEIFFER, 2000; REZENDE, 2009). Lee, McGuire e Kim (2018) comprovaram a importância do planejamento estratégico com seus estudos em 208 governos municipais americanos, que tiveram a atenção a essa ferramenta na elaboração de suas políticas públicas junto à comunidade, para resolução do problema de falta de moradia local.

Para tanto, é imprescindível reconhecer que o planejamento estratégico é uma ferramenta valiosa para a gestão pública, desde que seja acompanhado por uma governança sólida e pela participação ativa da sociedade. À medida que os municípios enfrentam desafios complexos na administração de recursos públicos e no atendimento às necessidades das comunidades, o planejamento estratégico se destaca como uma opção considerável para alcançar resultados efetivos e promover o desenvolvimento sustentável das cidades. Portanto, é fundamental que as autoridades municipais busquem a legitimidade social para implementar suas estratégias, garantindo que os planos se traduzam em ações concretas que beneficiem a população e fortaleçam a governança local.

Um dos temas sensíveis à elaboração do planejamento estratégico de cidades e que tornou-se imprescindível no estágio atual de evolução das cidades são as discussões sobre sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que apresentou-se a seguir.

2.2 A SUSTENTABILIDADE DE SACHS E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1987, através da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a sustentabilidade passou a ser definida como adjetivo de um desenvolvimento econômico responsável, o Desenvolvimento Sustentável. Utilizada muitas vezes como sinônimo de sustentabilidade, relata a capacidade de assegurar não só a progressão econômica da sociedade presente, mas também, a das futuras gerações que a sucederam, tendo em vista, o equilíbrio dos aspectos econômicos em concomitância aos objetivos sociais e uma gestão ecológica prudente dos recursos naturais (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Com a evolução das discussões em torno da Sustentabilidade, notadamente após a Rio+20 e a COP21 em 2015 a ONU consolidou os estudos em sustentabilidade (SOTTO *et al.*, 2019) através da elaboração da Agenda 2030 e definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O plano de ação global foi corroborado pelos 193 Estados-membros da ONU e integra equilibradamente aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais em seus 17 objetivos centrais de desenvolvimento (ONU, 2015). Assim, com as metas firmadas é ansiado a erradicação da pobreza extrema, o combate à desigualdade e injustiças sociais e a proteção ao

meio ambiente, para condução a um conceito responsável de desenvolvimento (MELO *et al.*, 2022).

A Agenda 2030 ainda reconhece as cidades como os principais atores-chave para adoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável, pois abrigam aproximadamente metade da população global, consomem dois terços de toda energia produzida e são responsáveis por 70% das emissões de carbono no mundo (GUARINI; MORI; ZUFFADA, 2022). Destarte, as cidades são imprescindíveis para o sucesso na adoção dos ODS no contexto global da coalizão por meio de planos de desenvolvimento local sustentável como o Plano Fortaleza 2040.

A sustentabilidade, conforme diferentes estudiosos, pode ainda ser caracterizada por diversas dimensões que apoiam sua conceituação e facilitam seu entendimento em pilares, perspectivas e áreas, como vistas a seguir.

2.2.1 As 8 Dimensões da Sustentabilidade de Sachs

Quanto às dimensões da sustentabilidade, Elkington (2001) idealizou um dos conceitos mais conhecidos, o *Triple Bottom Line*, na qual defende a transição de negócios tradicionais para sustentáveis, estruturada em três pilares fundamentais para o alcance da sustentabilidade, são eles: econômico, social e ambiental. Seja a econômica dada pela capacidade de geração de lucro; a social explicitada no zelo ao bem-estar de seus funcionários e sociedade, prezando pelas condições favoráveis de trabalho; e a ambiental pela preocupação com os impactos causados ao meio ambiente (ELKINGTON, 2001). De tal modo que os negócios tendem a ser financeiramente rentáveis, socialmente justos e ambientalmente responsáveis, equilibradamente, para o atendimento da sustentabilidade.

Caporal e Costabeber (2004) em defesa do proveito consciente sobre ecossistemas e recursos naturais, pautam que as *multidimensões* da sustentabilidade são pautadas pelos pilares: ecológico, econômico, social, cultural, político e ético. A dimensão ecológica visa a manutenção e recuperação dos recursos naturais; a social corrobora com a distribuição equânime do que é produzido e a busca pela melhoria da qualidade de vida; seguida pela econômica, a fim de garantir a geração de renda sem a exploração descomedida socioambiental.

Pawlowski (2008) argumenta que a humanidade possui uma responsabilidade moral com a natureza e aponta sete dimensões interligadas e que exercem influência umas nas outras são elas: econômica, social, ecológica, moral, legal, técnica e política.

Ao ampliar esse conceito, Sachs (2002) observa a sustentabilidade sobre uma perspectiva holística de constituição, indo além do que foi formulado por Elkington (2001), Caporal e Costabeber (2004) e Pawlowski (2008), e exhibe uma conceituação mais densa em oito dimensões, conferida no Quadro 1.

Quadro 1 – As 8 Dimensões da Sustentabilidade de Sachs

Dimensão	Características
Social	Indica o alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	Indica a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
Ecológica	Indica a preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis.
Ambiental	Indica o respeito e realce a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Territorial	Indica as configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
Econômico	Indica o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica; inserção soberana na economia internacional.
Política Nacional	Indica a democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.
Política Internacional	Indica a eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento de responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnológica, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Elaboração própria com dados de Sachs (2002).

Apesar de algumas dimensões da sustentabilidade não apresentarem um consenso entre os pesquisadores, a teoria apresentada por Sachs parece aglutinar e fortalecer as dimensões de sustentabilidade que orientam para um desenvolvimento pautado no combate a desigualdade econômica e das injustiças sociais, prudência ecológica e fortalecimento das instituições e cultura dos povos. Sachs se tornou um referencial no tocante à sustentabilidade devido ao seu nível de discussão proporcionar uma abordagem completa, e seus argumentos e conceitos fundamentados coerentemente (CORRÊA; PASSINI, 2022). Em razão disso, a caracterização das dimensões e sua conceituação foram utilizadas para análise das políticas públicas traçadas pelo planejamento estratégico em questão.

3 METODOLOGIA

Este estudo teve como propósito analisar as políticas públicas construídas no planejamento estratégico de Fortaleza com relação às dimensões da sustentabilidade de Sachs (2002) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), compreendido pelo período de 2016 a 2023. Para tanto, adotou-se a abordagem qualitativa de natureza aplicada ao estudo do Plano Fortaleza 2040 e os ODS, relacionando-os aos objetivos estipulados pelas políticas públicas do plano em questão (RICHARDSON, 1999).

Quanto à tipologia, a pesquisa pode ser classificada como explicativa e descritiva conforme Gil (2008). E sobre os procedimentos técnicos para coleta de dados, utilizou-se a de resenha teórica, pesquisa documental e bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 1990) sobre as categorias de análise: planejamento estratégico, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e o Plano Fortaleza 2040. Para proceder a coleta dos dados, de fonte secundária, buscou-se os arquivos armazenados na plataforma digital do Plano Fortaleza 2040, o Sistema de Gestão e Acompanhamento (SIGA 2040) do Plano Fortaleza 2040 (FORTALEZA, 2016).

Esses dados coletados foram os índices relacionados às ações executadas do plano Fortaleza 2040, que está dividido em 7 Eixos Estratégicos e 34 Planos Temáticos Setoriais, e posteriormente correlacionados com as 8 dimensões de Sachs, e classificados em relação aos 17 ODS. Estes resultados estão apresentados sob a forma de quadros, tabelas e figuras para melhor visualização.

Dessa forma, buscou-se fazer a análise dedutiva (DE SOUSA; DO CARMO GALIAZZI, 2017), partindo do geral para o específico, confrontando a teoria com a prática, relacionando assim os dados fornecidos pela prefeitura de Fortaleza quanto aos objetivos do planejamento estratégico de cidades, sustentabilidade de Sachs e os ODS.

E, a análise qualitativa dedutiva, se complementa à análise de conteúdo vastamente utilizado nas ciências sociais aplicada, como os estudo na área da administração (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011) que procedeu do cruzamento da análise documental (RAUPP; BEUREN, 2006), com a teórica do planejamento estratégico em questão, os índices alcançados de cada um dos sete eixos temáticos e de cada um dos trinta e quatro sub-planos apresentados no Fortaleza 2040.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL DE FORTALEZA-CE

O “Plano Fortaleza 2040: Construindo a Fortaleza Que Queremos” é um planejamento voltado ao contexto urbano da cidade de Fortaleza que concentra estratégias a serem implementadas no curto, médio e longo prazo, prospectando em cenário o ano de 2040 como horizonte temporal (FORTALEZA, 2016). O planejamento contempla o Plano Mestre Urbanístico, o Plano de Mobilidade e o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, tornando assim, um planejamento integrado de gestão dos recursos públicos e de atrativos privados para investimento na cidade (FORTALEZA, 2016).

O planejamento urbano almejado é um esforço coordenado e articulado entre poder público, sociedade e agentes privados, desenvolvido a partir do ano de 2014 pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) com apoio técnico da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Ceará (FCPC/UFC) e implementado em 2016. O plano tem por objetivo geral transformar Fortaleza em uma cidade mais acessível, justa e acolhedora; incrementando a oferta de oportunidades apoiadas pela boa ordenação da rede de conexões de seus espaços públicos e privados; e na obtenção de controle eficiente de seu crescimento econômico (FORTALEZA, 2016).

A partir da síntese do contexto vivenciado pela sociedade fortalezense e a identificação de suas problemáticas foram organizados fóruns de discussões nos bairros da cidade, de temáticas especializadas sensíveis ao seu desenvolvimento e câmaras setoriais econômicas, para assim constituindo visões de futuro almejadas para a cidade e a validação do planejamento estratégico pretendido (FORTALEZA, 2016). Destarte, o plano Fortaleza 2040 foi organizado em 34 sub-planos, divididos em 7 eixos estratégicos de ações conforme suas similaridades e objetivos em comum, como vistos no Quadro 2.

Quadro 2 – Eixos Estratégicos do Plano Municipal

Eixo	Plano Estratégico
Eixo 0 – Equidade territorial, social e econômica	Plano de Habitação de Interesse Social; Plano de Cultura de Paz e Segurança Cidadã; Plano de Regularização Fundiária; Plano de Inclusão Produtiva.
Eixo 1 – Cidade conectada, acessível e justa	Plano Mestre de Desenvolvimento Urbano e de Mobilidade; Plano de Mobilidade e Acessibilidade Urbana.
Eixo 2 – Vida comunitária, acolhimento e bem-estar	Plano de Saúde; Plano de Assistência Social Plano da Pessoa Idosa; Plano de Esporte e Lazer; Plano da Criança e Adolescente; Plano da Juventude; Plano da Segurança Alimentar e Nutricional; Plano da Mulher; Plano LGBTQ+; Plano da Igualdade Racial; Plano da Pessoa com Deficiência.

Eixo 3 – Desenvolvimento da cultura e do conhecimento	Plano da Educação; Plano de Cultura e Patrimônio; Plano de Ciência, Tecnologia e Informação.
Eixo 4 – Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais	Plano de Energias Renováveis e Eficiência Energética; Plano de Meio Ambiente e Saneamento; Plano de Segurança Hídrica.
Eixo 5 – Dinamização econômica e inclusão produtiva	Plano do Turismo; Plano das Confeções; Plano da Economia Criativa; Plano da Economia do Mar; Plano da Construção Civil; Plano de Tecnologia da Informação e Comunicação; Plano da Nova Indústria e Serviços Avançados; Plano de Agricultura Urbana.
Eixo 6 – Governança municipal	Plano da Participação e Controle Social na Gestão Municipal; Plano de Desenvolvimento da Gestão Pública Municipal.

Fonte: Elaboração própria com dados de Fortaleza (2016).

Em cada eixo do planejamento observado estruturaram-se planos com objetivos e ações próprias que se espera alcançar na janela de tempo estipulada até o ano de 2040 para desenvolvimento da cidade e sociedade deste município. A seguir, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, ou seja, a análise do Plano Fortaleza 2040 em relação a Sustentabilidade de Sachs e os ODS.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Plano Fortaleza 2040 dividiu-se em sete eixos de ações na qual contemplaram aspectos essenciais ensejados pelo poder público, sociedade e agentes privados em áreas pertinentes à cidade. Dito isso, tratou-se em analisar os documentos produzidos pelo plano, segundo seus objetivos estratégicos e específicos em cada eixo e classificá-los quanto às dimensões da sustentabilidade de Sachs: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

O Eixo 0, Equidade Territorial, Social e Econômica, reuniu políticas públicas de combate às desigualdades latentes em Fortaleza nos âmbitos socioeconômico e espacial (ver Quadro 3). Com os objetivos propostos espera-se equilibrar aspectos básicos à condição humana, através da distribuição de renda, oportunidades, serviços públicos e moradia por todo o território da cidade (FORTALEZA, 2016).

Quadro 3 – Análise do Eixo 0: Equidade Territorial, Social e Econômica

Plano Estratégico	Dimensões da Sustentabilidade	ODS
Cultura de Paz e Segurança Cidadã	Social e Política Nacional	Erradicação da Pobreza (1) Redução das Desigualdades (10) Cidades e comunidades sustentáveis (11) Paz, Justiça e Instituições Eficazes (16)
Habitação de Interesse Social	Social, Ambiental, Territorial e Econômica	
Inserção Produtiva, Empreendedorismo, Emprego e Renda	Social, Territorial e Econômica	
Regularização Fundiária	Social e Territorial	

Fonte: Elaboração própria com dados de Fortaleza (2016).

Pode-se observar que em todos os planos estratégicos do Eixo 0 contém a dimensão social, explicada assim pelos objetivos do eixo estarem alinhados com o conceito de sustentabilidade social de Sachs (2002). Ou seja, o Eixo 0 objetiva uma distribuição mais igualitária de renda e da disponibilização universal de serviços básicos sociais. Tais objetivos corroboram com 4 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: (1), (10), (11) e (16).

O Plano Habitação de Interesse Social pode ser classificado às dimensões social, ambiental, territorial e econômica devido às políticas de melhorias nas condições de moradia e infraestrutura, de políticas assistencialistas as comunidades carentes e da disponibilização de trabalho e renda vinculadas por uma gestão ambiental sustentável na cidade. Outro destaque é o Plano de Inserção Produtiva, Empreendedorismo, Emprego e Renda, que visa o combate às desigualdades pela ampliação das oportunidades de emprego, o incentivo à formalização de pequenos negócios, contemplando as dimensões da sustentabilidade social, territorial e econômica (FORTALEZA, 2016).

No Quadro 4 observa-se o Eixo 1: Cidade Conectada, Acessível e Justa, que reuniu políticas para desenvolvimento da mobilidade e urbanização de Fortaleza de modo responsável, acessível, equilibrado e respeitoso às identidades culturais. Os planos estratégicos presentes são: o Plano Mestre de Desenvolvimento Urbano e de Mobilidade; e o Plano de Mobilidade e Acessibilidade Urbana.

Quadro 4 – Análise do Eixo 1: Cidade Conectada, Acessível e Justa

Plano Estratégico	Dimensões da Sustentabilidade	ODS
Plano Mestre de Desenvolvimento Urbano e de Mobilidade	Social, Ambiental e Territorial	Indústria, Inovação e Infraestrutura (9) Ação Contra a Mudança Global do Clima (13)
Mobilidade e Acessibilidade Urbana	Social e Territorial	

Fonte: Elaboração própria com dados de Fortaleza (2016).

O Plano Mestre de Desenvolvimento Urbano e de Mobilidade abordou em seus objetivos os pilares social, ambiental e territorial. Em destaque estão: a estruturação da urbanização da cidade devidamente consciente das áreas naturais, o desenvolvimento para tornar o transporte público acessível, a melhoria do ambiente urbano pela criação de parques para proteção ambiental e lazer, a redução das emissões de gases poluentes pelo incentivo aos transportes coletivos ou não poluentes, entre outras ações de impacto (FORTALEZA, 2016). Enquanto, o Plano de Mobilidade e Acessibilidade Urbana apresenta somente características das dimensões social e territorial. Ambos planos traçados preocupam-se com os ODS 9, através da estruturação do espaço urbano, e 13, visando a redução de gases poluentes.

O Eixo Estratégico 2: Vida comunitária, Acolhimento e Bem-estar, apresentado no Quadro 5, abordou a preocupação com a qualidade de vida dos cidadãos fortalezenses e suas necessidades específicas decorrentes da diversidade existente nas classes sociais, gêneros, faixas etárias e identidades étnico-raciais. Pautando-se por uma visão de futuro de uma cidade acolhedora às diversidades, valorosa a identidade de seus povos e de uma comunidade saudável (FORTALEZA, 2016).

Quadro 5 – Análise do Eixo 2: Vida comunitária, Acolhimento e Bem-estar

Plano Estratégico	Dimensões da Sustentabilidade	ODS
Saúde	Social e Econômica	Fome Zero e Agricultura Sustentável (2)
Assistência Social	Social e Política Nacional	
Pessoa Idosa	Social e Ambiental	
Esporte e Lazer	Social, Territorial e Ecológica	Saúde e Bem-estar (3)
Criança e Adolescente	Social e Ambiental	
Segurança Alimentar e Nutricional	Social, Ecológica e Econômica	

Mulher	Social e Econômica
LGBTQIA+	Social
Igualdade Racial	Social e Cultural
Juventude	Social, Cultural, Ambiental e Econômica
Pessoa com Deficiência	Social, Territorial e Ambiental

Fonte: Elaboração própria com dados de Fortaleza (2016).

Como pode ser visto no quadro 5, o Eixo 2 do Fortaleza 2040 apresenta a dimensão social da sustentabilidade 11 vezes, referindo-se à: saúde; assistência social; pessoa idosa; esporte e lazer; criança e adolescência; segurança alimentar e nutricional; mulher, LGBTQIA+; igualdade racial; juventude e pessoa com deficiência.

Das 8 dimensões da sustentabilidade de Sachs, o Eixo 2 só não se refere à dimensão da Política Internacional. Quanto aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável pode-se relacionar ao 2 devido ao programa de Segurança Alimentar e Nutricional, e o 3 com políticas de saúde e bem-estar para seus cidadãos.

O Plano Estratégico da Juventude realçou as dimensões social, cultural, ambiental e econômica da sustentabilidade através do acesso básico aos serviços sociais de educação, saúde, lazer, esportes e cultura. Entre as políticas públicas de maior destaque estão: a ampliação dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) nos territórios de maior vulnerabilidade juvenil que garantem cursos de qualificação aos jovens, lazer, esportes e espaços de expressão cultural e respeito das identidades comunitárias; o desenvolvimento de alternativas econômicas por princípios solidários através da orientação técnica de fomento de negócios sociais para oito mil jovens em situação de vulnerabilidade social; e a criação do programa de incubação de negócios de impacto com a valorização da mão de obra juvenil, a fim de garantir sua inserção no mercado de trabalho e a geração de renda (FORTALEZA, 2016).

O Quadro 6 demonstra os planos setoriais do Eixo estratégico 3: Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento. Este eixo reuniu políticas voltadas à formação do capital humano, o oferecimento de oportunidades sociais com equidade, fomento de pesquisas científicas para viabilização de inovações produtivas e a valorização da cultura local e do patrimônio (FORTALEZA, 2016).

Quadro 6 – Análise do Eixo 3: Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento

Plano Estratégico	Dimensões da Sustentabilidade	ODS
Educação	Social, Econômica e Ambiental	Educação de Qualidade (4)
Ciência, Tecnologia e Informação (CT&I)	Social, Cultural, Territorial, Ambiental, Econômica e Política Nacional	
Cultura e Patrimônio	Social e Cultural	

Fonte: Elaboração própria com dados de Fortaleza (2016).

O Plano Estratégico de Ciência, Tecnologia e Informação (CT&I) destacou-se pela classificação diversa entre as dimensões da sustentabilidade social, cultural, territorial, ambiental, econômica e política nacional. A política pública em destaque apresenta como visão futura uma cidade inteligente e criativa que através dos investimentos em pesquisa e inovação espera-se permitir a produção de conhecimento para melhoria do bem-estar de sua comunidade (FORTALEZA, 2016). Dessa forma, alinha-se em seus objetivos tornar Fortaleza autônoma, expoente e amplificadora de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) nas áreas de desenvolvimento regional inclusivo, urbanização, sustentabilidade ambiental, valorização da cultura local e economia dinâmica. Conforme o ODS 4 em investimento de educação de base e incentivo à pesquisa científica.

Vale mensurar a transversalidade entre os eixos do Plano Fortaleza 2040, vide o Eixo 3 Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento e o Eixo 5 da Dinamização econômica e inclusão produtiva. As linhas de ação apresentam atividades integrativas entre si, como a Linha de Ação TI.1 – Estímulo à formação, retenção e a atração de capital humano para o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação e a Linha de Ação CT.3 – Ampliar a oferta de recursos humanos qualificados para a gestão de CT&I (FORTALEZA, 2016). Assim, espera-se construir um plano integrativo e de constante evolução das linhas de ação desenvolvidas.

O Eixo 4, apresentado no Quadro 7, versa sobre a Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, compreendeu as políticas públicas de conservação do meio ambiente e de seus recursos naturais, o investimento por uma geração energética eficiente e sustentável e a estruturação amplificada de saneamento básico da cidade (FORTALEZA, 2016). O Eixo em questão buscou oferecer qualidade de vida e conforto aos cidadãos fortalezenses pautado por um desenvolvimento sustentável e foi constituído pelos planos de Meio Ambiente e Saneamento; Energias Renováveis e Eficiência Energética; e Segurança Hídrica.

Quadro 7 – Análise do Eixo 4: Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Plano Estratégico	Dimensões da Sustentabilidade	ODS
Meio Ambiente e Saneamento	Ecológica, Ambiental, Territorial e Política Internacional	Água Potável e Saneamento (6), Energia Limpa e Acessível (7), A preservação da Vida Terrestre (15).
Energias Renováveis e Eficiência Energética	Ecológica e Econômica	
Segurança Hídrica	Ecológica e Ambiental	

Fonte: Elaboração própria com dados de Fortaleza (2016).

A partir das análises conceituais de Sachs foi possível traçar um paralelo entre o Eixo 4 e as dimensões da sustentabilidade ecológica, ambiental, territorial, econômica e política internacional, enquanto, ausentes estão as dimensões social, cultural e política nacional.

A política pública do Fortaleza 2040 com maior viés sustentável foi a voltada ao Meio Ambiente e Saneamento, de suma importância para o desenvolvimento urbano na construção de estratégias locais para o enfrentamento das mudanças climáticas; recuperação, conservação e preservação das áreas verdes na cidade, dos mananciais, rios, canais e qualidade de vida dos habitantes de Fortaleza (FORTALEZA, 2016).

O Eixo 5, no quadro 8, trata da Dinamização Econômica e Inclusão Produtiva, com ações estratégicas para o desenvolvimento de Fortaleza, a fim de garantir sua expansão, geração de emprego e renda, competitividade no mercado consolidado e ampliação de suas estruturas produtivas. A dimensão da sustentabilidade de Sachs evidenciada é a econômica, vide sua propriedade de busca por um desenvolvimento intersetorial equilibrado nas áreas econômicas discutidas.

Dentre os planos setoriais do Eixo 5, a Economia do Mar e a Construção Civil são os mais estratégicos no âmbito sustentável entre as dimensões de Sachs. O Plano Economia do Mar propõe a exploração das potencialidades do mar e região costeira de forma ordenada e sustentável, utilizando tecnologias para mitigação das adversidades possíveis de sua exploração. Além disso, o plano prevê o investimento em pesquisas para monitoramento dos impactos causados pelas mudanças climáticas no ecossistema marinho (ODS 14) e a geração de emprego e renda através do desenvolvimento de bases do turismo saudável em Fortaleza (ODS 8).

Quadro 8 – Análise do Eixo 5: Dinamização Econômica e Inclusão Produtiva

Plano Estratégico	Dimensões da Sustentabilidade	ODS
Turismo	Cultural e Econômica	Trabalho Decente e Crescimento Econômico (8) Indústria, Inovação e Infraestrutura (9) Vida na Água (14)
Confecções	Social e Econômica	
Economia Criativa	Territorial e Econômica	
Economia do Mar	Ecológica, Ambiental e Econômica	
Construção Civil	Ambiental, Territorial e Econômica	
Tecnologia da Informação e Comunicação	Social e Econômica	
Nova Indústria e Serviços Avançados	Econômica	
Agricultura Urbana	Ecológica e Econômica	

Fonte: Elaboração própria com dados de Fortaleza (2016).

Vale questionar de que forma é entendida a sustentabilidade pelos desenvolvedores do Plano Fortaleza 2040, haja vista as linhas de ação propostas de mineração marinha e simplificação de licenças ambientais para a aquicultura no Plano Economia do Mar. Os impactos socioambientais que essas ações sinalizadas como sustentáveis poderão provocar no ecossistema marinho, como a destruição de habitats, turbidez da água, eutrofização, liberação de substâncias tóxicas (GOMES; PALMA; SILVA, 2000) e o aumento dos riscos na qual os ambientes serão expostos (OLIVEIRA *et al.*, 2016), superam os benefícios tidos em suas atividades. Dito isso, aproxima mais para uma política esverdeada do que realmente sustentável pelos termos utilizados para sugerir uma responsabilidade ambiental sem que haja.

Quanto ao Plano Estratégico da Construção Civil, buscou-se requalificar áreas marginalizadas e reintegrá-las à cidade, reorientar investimentos do setor para o enfrentamento do déficit habitacional de Fortaleza e estimular o uso de inovações tecnológicas para economia de recursos naturais (ODS 9).

Por fim, o Eixo 9: Governança Municipal configurou as estratégias de participação e desenvolvimento de uma gestão pública municipal fortalecida, a fim de garantir o planejamento, execução e acompanhamento por parte da sociedade das ações propostas nos outros eixos do Plano Fortaleza 2040 (FORTALEZA, 2016), a mesma preocupação relatada pelo ODS 17 no reforço aos meios de implementação para execução do plano. Desta forma, conforme exposto no Quadro 9, as dimensões da sustentabilidade presentes nesse Eixo 9 são a social e política nacional.

Quadro 9 – Análise do Eixo 6: Governança Municipal

Plano Estratégico	Dimensões da Sustentabilidade	ODS
Participação e Controle Social na Gestão Municipal	Social e Política Nacional	Parcerias e Meios de Implementação (17)
Desenvolvimento da Gestão Pública Municipal	Social	

Fonte: Elaboração própria com dados de Fortaleza (2016).

É consenso que um dos grandes desafios da administração pública é garantir a participação da sociedade na tomada de decisões e gestão de políticas públicas (DE OLIVEIRA, 2004). Desta forma, os planos desenvolvidos no Eixo Governança Municipal buscaram envolver a sociedade na elaboração das políticas presentes no Plano Fortaleza 2040, tornando-

o democrático, diverso, justo e equilibrado na tomada de decisões para e por todos na cidade. Entre os instrumentos utilizados está a criação do SIGA 2040 para acompanhamento dos objetivos específicos propostos no plano, a evolução das ações propostas e os relatórios produzidos em cada reunião das câmaras setoriais.

Portanto, como observou-se nas análises desenvolvidas em cada um dos 7 eixos presentes do Plano Fortaleza 2040, todas as 8 dimensões de Sachs estão presentes distribuídas pelos 34 planos estratégicos traçados, como resumido no Quadro 10.

Quadro 10 – Dimensões da Sustentabilidade presentes nos eixos do Plano Fortaleza 2040

Eixo/Dimensão	Social	Cultural	Territorial	Econômica	Ambiental	Ecológica	P. Nacional	P. Internacional
Eixo 0 – Equidade territorial, social e econômica	4	0	3	2	1	0	1	0
Eixo 1 – Cidade Conectada, acessível e justa	2	0	2	0	1	0	0	0
Eixo 2 – Vida Comunitária, acolhimento e bem-estar	11	2	2	4	4	2	1	0
Eixo 3 – Desenvolvimento da cultura e do conhecimento	3	2	1	2	2	0	1	0
Eixo 4 – Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais	0	0	1	1	2	3	0	1
Eixo 5 – Dinamização econômica e inclusão produtiva	2	1	2	8	2	2	0	0
Eixo 6 – Governança municipal	2	0	0	0	0	0	1	0
Total	24	5	11	17	12	7	4	1

Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa.

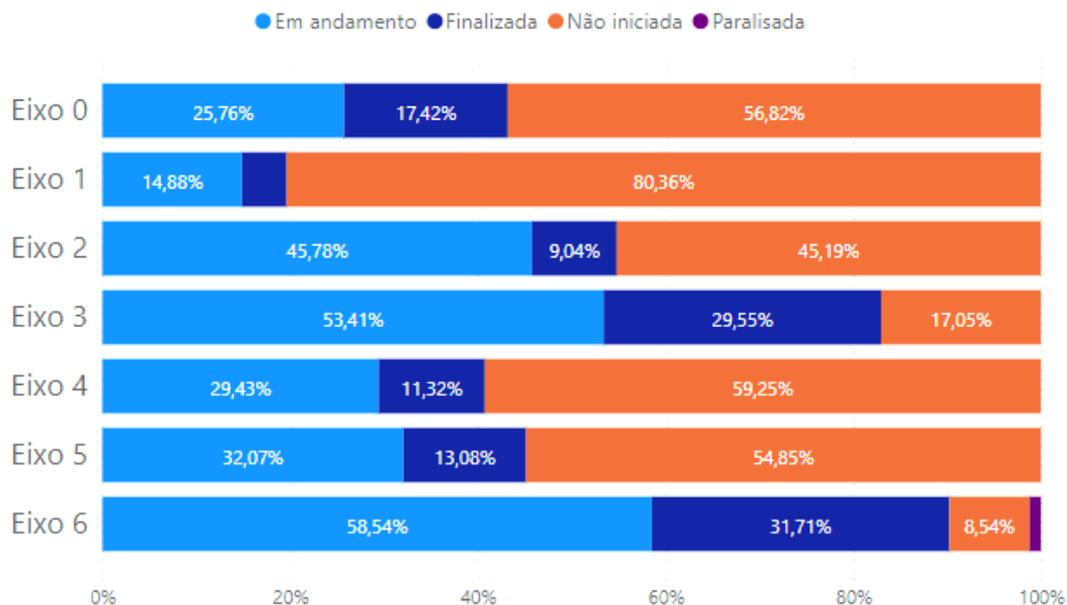
Conforme destacado pelas cores vermelha e azul, as dimensões mais enfatizadas ou verificadas entre os planos são a Social e a Econômica, e estão mais relacionadas, respectivamente, ao Eixo 2 e ao Eixo 5. Em relação aos objetivos propostos pelo planejamento estratégico de cidades, a dimensão social da sustentabilidade de Sachs refere-se a 24 planos, que em suma busca uma distribuição de renda equilibrada e a igualdade nos acessos de serviços públicos pela sociedade. A dimensão econômica foi observada em 17 planos, que se referem a políticas de desenvolvimento econômico local. E outras duas dimensões também se destacam, e estão bem equilibradas em quantidade de planos correspondentes, são elas: a ambiental (12), que visa o restabelecimento dos ecossistemas por seu equilíbrio natural; e a territorial (11), dado pelo empenho em tornar o ambiente urbano mais ordenado e equilibrado entre regiões.

O Gráfico 1 demonstra o desenvolvimento do Plano Fortaleza 2040 desde a sua implementação em 2016 até 2023. Em linhas gerais, observa-se que em aproximadamente 1/4 do tempo de execução do plano (6 anos), apenas 2 eixos dos 6, cumpriram mais de 25%. São eles, o Eixo 3 Desenvolvimento da cultura e do conhecimento que finalizou (29,55%) e o Eixo 6 Governança municipal que finalizou (31,71%). Ou seja, considerando que o tempo de conclusão do plano vai até 2040, em 6 dos 24 anos, ¼ do tempo, apenas dois dos seis eixos concluíram 25% ou mais das ações.

Pode-se observar ainda no Gráfico 1, que 4 dos 6 eixos não iniciaram nem 55% das suas ações, em destaque o Eixo 1 – Cidade Conectada, acessível e justa (80,36% das ações não iniciadas); e o Eixo 4 – Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais (59,25% das ações não iniciadas). É importante observarmos que são eixos relevantes para a promoção da igualdade social, melhoria do bem-estar e para as questões ambientais e gestão dos recursos

naturais, ou seja, os eixos estruturantes que contribuem para a sustentabilidade socioambiental da cidade de Fortaleza são os mais atrasados.

Gráfico 1 – Evolução das Ações dos Eixos Estratégicos no Plano Fortaleza 2040



Fonte: Extraído de Fortaleza (2023).

Apesar do Plano Fortaleza 2040 ser necessário, exequível e abrangente, e em alguns aspectos ambicioso, há a baixa adesão dessas ações para proporcionar a sustentabilidade e promoção do desenvolvimento sustentável, pois a maioria dos eixos tiveram um desenvolvimento incipiente com relação à sustentabilidade e a promoção dos ODS. O que demonstrou ser mais latente ao conceito do *Triple Bottom Line*, do que a Sustentabilidade de Sachs. Tendo em vista que utilizou-se de um conceito mais conservador e limitado, o Plano Estratégico da cidade de Fortaleza 2040 demonstra-se pragmático e simplista.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável presentes no Plano Fortaleza 2040



Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa.

Quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foram relacionados quase todos no Plano Fortaleza 2040 (ver Figura 1), com exceção dos ODS Igualdade de Gênero (5) e

Consumo e Produção Responsáveis (12). Com destaque para o ODS 9 de Indústria, Inovação e Infraestrutura que apareceu repetidamente.

Contudo, vale salientar que, apesar da concordância com tais ODS, o termo não aparece explicitamente em nenhum momento na construção do Plano Fortaleza 2040. Sendo o Brasil um dos signatários da Agenda 2030, preocupa o nível de comprometimento com a coalizão mundial construída.

Outro destaque no Plano é a transversalidade observada na construção de políticas públicas em cada eixo estratégico. Assim, espera-se alinhar as ações entre os diferentes atores setoriais que compõem o Fortaleza 2040 e promover a integração das partes que objetivam o mesmo, o desenvolvimento da cidade e de seu povo.

5 CONTRIBUIÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou analisar as políticas públicas construídas no planejamento estratégico de Fortaleza-CE com relação às dimensões da sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A partir dos resultados discutidos, observou-se nas análises desenvolvidas em cada um dos eixos presentes no plano que todas as 8 dimensões de Sachs foram contempladas nas estratégias traçadas. Contudo, deu-se destaque para as dimensões social, econômica, ambiental e territorial da sustentabilidade, as principais elencadas na promoção dos objetivos do plano municipal.

Ao contrário das dimensões de Sachs, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram assinalados de forma parcial nos planos estratégicos estudados da cidade de Fortaleza. Centrou-se nos ODS: Erradicação da Pobreza (1), Fome Zero e Agricultura Sustentável (2), Saúde e Bem-Estar (3), Educação de Qualidade (4), Água Potável e Saneamento (6), Energia Limpa e Acessível (7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (8), Indústria, Inovação e Infraestrutura (9), Redução das Desigualdades (10), Cidades e Comunidades Sustentáveis (11), Ação Contra a Mudança Global do Clima (13), Vida na Água (14), Vida Terrestre (15), Paz, Justiça e Instituições Eficazes (16) e Parcerias e Meios de Implementação (17). No entanto, é importante destacar que outros 2 ODS não foram abordados nos planos estratégicos analisados, os ODS 5 e 12.

Vale salientar a discussão referente ao que é entendido por sustentabilidade pelos desenvolvedores do plano, visto que ações que podem ocasionar graves impactos ao ecossistema foram consideradas como “políticas verdes” através da utilização de termos “sustentável”, “saudável” e “ordenado” como forma de amenizar deturpações ao meio ambiente. Posto isso, entende-se que o Plano Fortaleza 2040 em dado momento utilizou-se de políticas falaciosas “sustentáveis” para suavizar ações não condizentes com o conceito de sustentabilidade, conferido no Plano Economia do Mar.

A pesquisa limitou-se pela análise estreita na avaliação singular do planejamento estratégico de um único município. Dessa forma, sugere a ampliação do escopo de análise para os demais planejamentos estratégicos desenvolvidos, a fim de compará-los por seus níveis de sustentabilidade empregados em cada um dos planos.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRETICHE, M. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 126-133, 2013.

BRYSON, J.; EDWARDS, L.; VAN SLYKE, D. Getting strategic about strategic planning research. **Public management review**, v. 20, n. 3, p. 317-339, 2018.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, IICA, 2004.

CARDOSO JR, J. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. **Texto para Discussão**, n. 1584, 2011.

CASTELLS, M. The world has changed: can planning change? **Landscape and Urban Planning**, v. 22, n. 1, p. 73-78, 1990.

CORRÊA, M.; PASSINI, J. Contribuições De Ignacy Sachs Para O Desenvolvimento Sustentável Do Oeste Do Paraná. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 9, n. 1, 2022.

DE OLIVEIRA, F. Desafios da participação popular no poder local. **Participação cidadã**, p. 87, 2004.

DE SOUSA, R.; DO CARMO GALIAZZI, M. A categoria na análise textual discursiva: sobre método e sistema em direção à abertura interpretativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 9, p. 514-538, 2017.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

FALSARELLA, O.; JANNUZZI, C. Planejamento Estratégico Empresarial e Planejamento de Tecnologia de Informação e Comunicação: uma abordagem utilizando projetos. **Gestão & Produção**, v. 24, p. 610-621, 2017.

FORTALEZA. Fortaleza 2040. **Fortaleza: Edições IPLANFOR**, Série Fortaleza 2040, 2016. Disponível em:
<<https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?nome=2%C2%AA+EDI%C3%87%C3%83O&autor=&categoria=PLANOS+SETORIAIS&tema=PLANEJAMENTO+URBANO&ano=2019&tipodocumento=DIVERSOS&fonte=IPLANFOR+%2F+PMF&local=FORTALEZA>>.
Acesso em: 10 de jul. 2023.

FORTALEZA. **Sistema de Gestão e Acompanhamento do Plano Fortaleza 2040 (SIGA 2040)**. Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR). Online, 2023. Disponível em:
<<https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/siga2040/dashboard>>. Acesso em: 20 set. 2023.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A.; PALMA, J.; SILVA, C. Causas e consequências do impacto ambiental da exploração dos recursos minerais marinhos. **Revista Brasileira de Geofísica**, v.18, n. 3, 2000.

GUARINI, E.; MORI, E.; ZUFFADA, E. Localizing the Sustainable Development Goals: a managerial perspective. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 34, n. 5, p. 583-601, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional 2022**. 2023 Disponível em:
<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal>. Acesso em: 02 set. 2023.

JOHNSEN, Å. Impacts of strategic planning and management in municipal government: An analysis of subjective survey and objective production and efficiency measures in Norway. **Public Management Review**, v. 20, n. 3, p. 397-420, 2018.

LEE, D.; MCGUIRE, M.; KIM, J. Collaboration, strategic plans, and government performance: The case of efforts to reduce homelessness. **Public Management Review**, v. 20, n. 3, p. 360-376, 2018.

LOPES, R. **A cidade intencional**: o planejamento estratégico de cidades. Mauad Editora Ltda, 1998.

MAIA, A.; PIRES, P. Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 177-206, 2011.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990.

MELO, L. *et al.* Análise da produção científica internacional sobre cidades e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 12, n. 3, p. 90-108, 2022.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Strategy safari**. Pearson UK, 2020.

MONTIBELLER FILHO, G. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, jan. 1993.

MOZZATO, A.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 731-747, 2011.

OLIVEIRA, F. *et al.* Licenciamento ambiental simplificado na região sudeste brasileira: conceitos, procedimentos e implicações. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos do desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

PAWLOWSKI, A. How many dimensions does sustainable development have? **Sustainable Development**, São Francisco, v.16, n. 2, p. 81-90, 2008.

PERCOCO, M. Strategic planning and institutional collective action in Italian cities. **Public Management Review**, v. 18, n. 1, p. 139-158, 2016.

PFEIFFER, P. Planejamento Estratégico Municipal no Brasil: uma nova abordagem. Brasília. **Revista do ENAP**, Textos para Discussão, n. 37. 2000.

PINHEIRO, S.; FARIAS, J. O planejamento estratégico garante a sustentabilidade ambiental urbana? Considerações sobre o Plano Fortaleza 2040. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 6, n. 40, 2018.

PUJADAS, R.; FONT, J. **Ordenación y planificación territorial**. Madrid: Síntesis, Colección Espacios y Sociedades, 1998.

RAUPP, F; BEUREN, I. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e prática. 3ª. ed. [S. l.]: Atlas, 2006.

REZENDE, D. Planejamento Estratégico Municipal: Projeto de Planejamento e de Política Pública de um Município Brasileiro. **Planejamento e Políticas públicas**, n. 32, 2009.

REZENDE, D.; ULTRAMARI, C. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 41, p. 255-271, 2007.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2002.

SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em questão**, v. 11, n. 22, p. 35-61, 2013.

SOTTO, D. *et al.* Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 61-80, 2019.